



ANEXO 2 – Release Atuação Preventiva: Outras ações

IFPE – Nesta segunda etapa da atividade, a CGU analisou o processo administrativo relativo ao Pregão Eletrônico nº 01/2019 do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Pernambuco – Campus Recife e demais Campis (IFPE), cujo objeto foi a contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviço para solução de videomonitoramento com fornecimento, instalação, suporte técnico e disponibilização de todos os materiais para a execução do serviço, incluindo mão de obra, com valor estimado de R\$ 47.094.040,92. A análise identificou as seguintes falhas:

- Restrição injustificada à competitividade do certame.
- Realização de estimativa de custos em desacordo com a legislação.
- Instrumento de Medição de Resultados não avalia a qualidade dos serviços prestados.
- Remuneração dos equipamentos utilizados pelo seu valor de custo em detrimento à depreciação pelo seu custo operacional.
- Aplicação de reajuste a partir do IGP-M.
- Permissão à subcontratação total do objeto.
- Pagamento antecipado sem amparo legal.
- Divergências sobre o prazo de vigência contratual.
- Não elaboração dos artefatos da contratação pela Instrução Normativa nº 04/2014.

Situação: Pregão Suspenso

IFMA – Além deste pregão, a CGU também analisou o processo administrativo relativo ao Pregão nº 02/2018, que teve como objeto o registro de preços para aquisição de equipamentos permanentes necessários aos laboratórios didáticos de matemática, química, física e biologia do órgão gerenciador, que era o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus São Luís – Monte Castelo (IFMA), e para os 19 órgãos partícipes da licitação, com valor total estimado de R\$ 20.170.161,48. Concluiu-se pela existência das seguintes falhas:

- Restrição injustificada à competitividade do certame.
- Agrupamento de itens divisíveis sem justificativa.
- Realização de pesquisa de preços apenas com fornecedores.
- Inobservância ao parecer jurídico referencial emitido.
- Inobservância de normativos afetos às licitações.

Situação: Pregão Suspenso

INSS - Superintendência Regional Sudeste I – A CGU analisou o processo administrativo relativo ao Pregão nº 05/2019, que teve como objeto o registro de preços para eventual contratação de serviços de vigilância, composto pelos serviços vigilância ostensiva patrimonial desarmada, pelos serviços de vigilância eletrônica através de CFTV, sistemas de alarme e detecção de fumaça, sistema de pânico audiovisual, portais detectores e detectores manuais de metal, e serviços de monitoramento, acionamento e desacionamento remoto e atendimento das ocorrências dos sistemas de alarme, para atendimento das necessidades da Superintendência Regional Sudeste I do INSS no Estado de São Paulo e das unidades vinculadas às demais Gerências Executivas, com valor total estimado de R\$ 125.296.279,68. Concluiu-se pela

existência das seguintes falhas:

- Cláusulas restritivas à competitividade do certame.
- Adoção de jornada de trabalho não prevista em CCT.
- Previsão de pagamento de adicional de periculosidade em desacordo com a jurisprudência do TST.
- Realização de estimativa de custos da contratação em desacordo com a legislação, CCT e o preço praticado no mercado.
- Instrumento de Medição de Resultados (IMR) adotado não avalia a qualidade dos serviços prestados.
- Adoção de modelo de planilha de custos em desacordo com a Instrução Normativa nº 05/2017.
- Previsão na planilha de custos estimativa de valor máximo a ser aceito pelo INSS no certame não obrigatório pela CCT.
- Remuneração dos equipamentos previstos para o sistema vigilância eletrônica e monitoramento pelo custo total sem a aplicação da depreciação residual.

Situação: Pregão Suspenso

HUJBB – Mais recentemente a CGU analisou preventivamente dois editais relativos à aquisição de medicamento pelo Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB), da Universidade Federal do Pará, no qual constatou-se falhas nas pesquisas de preços de mercado, que resultaram na adoção de preços de referência superdimensionados para a aquisição de medicamentos.

As duas licitações previam a aquisição de 322 itens num valor estimado de R\$ 75.239.914,20. Da amostra analisada, no montante de R\$ 62.751.255,60, verificou-se uma diferença entre o valor estimado pelos editais e o valor de mercado de R\$ 51.958.973,60 milhões. Após atuação da CGU, as duas licitações foram suspensas e nova pesquisa de preço está sendo realizada pelo hospital.

Situação: Pregões Suspensos

INSS – Outro edital analisado pela CGU no mês de abril tinha por objeto a aquisição de órteses, próteses e matérias especiais pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no montante de R\$ 134.418.253,96. Selecionou-se para avaliação uma amostra de 8 itens, no montante de R\$ 28.947.782,24. Comparou-se os valores estimados para aquisição desses 8 itens com outras compras realizadas pelo próprio INSS. Desta comparação restou evidenciado que os preços desses 8 itens estavam superestimados em R\$ 18.063.176,42. O INSS também suspendeu a licitação para revisão das estimativas de preços.

Situação: Pregão Suspenso

IBGE – A CGU analisou o Pregão nº 18/2019, que tem como objeto a aquisição de 33.110 equipamentos Tablets, novos, com garantia de 12 (doze) meses, para o Censo Demográfico 2020 no valor total estimado em R\$ 46.131.831,90. Da análise identificou-se o seguinte:

- Incerteza no quantitativo de tablets a serem adquiridos e no orçamento disponível para a parcela a ser entregue em 2020.
- Falhas na elaboração do Estudo Técnico Preliminar que não contemplou todos os itens previstos na IN SLTI 04/2014 e da Análise de Riscos que não abrangeu/detalhou todos os riscos conhecidos da contratação.

- Deficiências na elaboração de Pesquisa de Preços que contemplou apenas um fornecedor cuja especificação atendia ao termo de referência.
- Inclusão indevida de cláusula de reajustamento pelo IPCA do preço contratado, considerando que em sua composição predomina a aquisição de tablet.

Situação: Pregão Suspenso

PMDF – A CGU analisou o Pregão 01/2019, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em fábrica de software e fábrica de métrica e mensuração de software. O certame, conduzido pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF e estava estimado no valor total de R\$ 10.346.738,50. A análise identificou que o preço estimado para serviço de mensuração de software superior aos praticados no mercado.

Situação: Pregão Suspenso